

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES. CUMPRIMENTO, NÃO
CUMPRIMENTO E TEMAS CONEXOS. OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR.
GARANTIAS. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

VOLUME II

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

.....

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa

Investigador do Centro de Investigação de Direito Privado
(CIDP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

.....

Publicações na Editora:

Direito da Responsabilidade Civil

Direito dos Contratos — Comodato. Mútuo. Mandato.
Depósito

Direito das Obrigações Vol. I — Introdução.
Conceito e Características. Modalidades. Fontes das
Obrigações

ÍNDICE GERAL

Nota prévia	5
Plano da obra	7
Abreviaturas	9
PARTE II	
A VIDA DAS OBRIGAÇÕES.....	11
1. Considerações introdutórias	11
Capítulo I — Transmissão das obrigações	12
2. Noções preliminares.....	14
Secção I — A cessão de créditos	15
3. Generalidades. Figuras afins	15
4. A plurifuncionalidade da cessão de créditos	15
5. Requisitos	17
6. Efeitos da cessão de créditos	19
7. Aplicação das regras da cessão de créditos a outras figuras	23
Secção II — Sub-rogação	24
8. Noção, caracterização geral e vantagens da sub-rogação	24
9. Figuras afins	26
10. Modalidades da sub-rogação.....	29
10.1. Enunciação e pressupostos comuns.....	29

ÍNDICES

10.2. Sub-rogação pelo credor	30
10.3. Sub-rogação directa pelo devedor.....	30
10.4. Sub-rogação indirecta pelo devedor.....	31
10.5. Sub-rogação legal.....	33
11. Regime da sub-rogação.....	35
11.1. Transmissão do crédito; sub-rogação total e sub-rogação parcial.	35
11.2. Transmissão de garantias e acessórios do crédito	36
11.3. Eficácia da sub-rogação em relação ao devedor	38
11.4. Meios de defesa invocáveis pelo devedor	39
12. Natureza	40
Secção III — A assunção de dívida	41
13. Conceito. Utilidade prática.....	41
14. Figuras afins	42
15. Modalidades	43
15.1. Assunção interna e externa.....	43
15.2. Assunção cumulativa e assunção liberatória	44
16. Requisitos da assunção de dívida	44
17. Regime da assunção de dívida	45
18. Transmissão das garantias e acessórios.....	47
19. Os meios de defesa do novo devedor.....	48
Secção IV — Cessão da posição contratual.....	49
20. Generalidades	49
21. Figuras afins	50
22. Requisitos da cessão da posição contratual	51
22.1. Um contrato que estabeleça a transmissão da posição contratual, celebrado entre o cedente e um terceiro	51
22.2. O consentimento do outro contraente.....	52
22.3. A inclusão da referida posição contratual no âmbito dos contra- tos com prestações recíprocas.....	52
23. Efeitos da cessão da posição contratual.....	53
23.1. Relação entre cedente e cessionário	53

23.2. Relação entre cessionário e o contraente cedido	55
23.3. Relações entre cedente e o contraente cedido	56
Capítulo II — O cumprimento	57
24. Razão de ordem.....	58
25. O princípio da pontualidade	59
26. O princípio da boa-fé	59
27. O princípio da integralidade.....	63
28. Capacidade para o cumprimento.....	65
29. Disponibilidade da coisa dada em cumprimento.....	65
30. Legitimidade para o cumprimento	66
30.1. Legitimidade para efectuar a prestação.....	66
30.2. Efeitos do cumprimento por terceiro.....	67
30.3. Legitimidade para receber a prestação	68
31. Tempo do cumprimento.....	69
31.1. Espécies de obrigações quanto ao momento do cumprimento.....	70
31.2. Vencimento e interpelação	71
31.3. Colocação do prazo na dependência de uma das partes	73
31.4. O benefício do prazo.....	74
31.4.1. Prazo em benefício do devedor	75
31.4.2. Prazo em benefício do credor	75
31.4.3. Prazo em benefício de ambas as partes.....	75
31.4.4. Perda do benefício do prazo.....	75
32. Lugar de cumprimento. A impossibilidade da prestação no local fixado	77
33. Imputação do cumprimento.....	79
34. Prova do cumprimento	81
35. Presunções de cumprimento	82
36. Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento.....	82
37. Efeitos do cumprimento.....	83
38. Natureza jurídica do cumprimento	83
Capítulo III — O não cumprimento das obrigações	84
39. Modalidades de não cumprimento das obrigações.....	87
Secção I — O incumprimento definitivo.....	88
40. Noções gerais. Casos de incumprimento definitivo	88

ÍNDICES

•	
41. A responsabilidade obrigacional.....	91
41.1. A ilicitude obrigacional.....	92
41.2. O não cumprimento nas obrigações de prestações recíprocas.....	92
41.2.1. Excepção de não cumprimento do contrato	93
41.2.2. Resolução dos contratos sinalagmáticos e dever de indemnizar	95
41.3. A presunção de culpa do devedor. Âmbito e significado jurídico	100
41.4. Responsabilidade do devedor pelos actos dos seus auxiliares ou representantes	109
41.5. O regime da impossibilidade parcial.....	113
41.6. O <i>commodum</i> de representação	114
41.7. O nexo causal. Critério de selecção dos danos indemnizáveis.....	114
Secção II — A mora do devedor	117
42. Pressupostos.....	118
43. Consequências da mora do devedor	120
44. Extinção da mora do devedor	121
Secção III — Cumprimento defeituoso	122
45. Considerações introdutórias. Contornos e variantes do cumprimento defeituoso	122
46. O casuísmo da disciplina legal. Os meios de tutela do credor	127
Secção IV — A mora do credor	129
47. Noção. Pressupostos	130
48. Efeitos da mora do credor	136
49. Extinção da mora do credor.....	142
50. Figuras afins da mora do credor. A perda do direito pelo seu não exercício ou em virtude do risco a cargo do credor	142
Capítulo IV — As cláusulas de exclusão e limitação da responsabilidade e a cláusula penal.....	143
51. Generalidades	144
52. Cláusulas de exclusão da responsabilidade	144
53. Cláusulas de limitação da responsabilidade contratual (e extra-obrigacional)	146
54. Cláusulas de fixação de responsabilidade. A cláusula penal.....	148

55. Modalidades de cláusulas penais.....	150
56. Relação entre cláusula penal e sinal.....	158
Capítulo V — A realização coactiva da prestação	159
57. A acção de cumprimento e a execução	159
58. A execução específica das obrigações.....	161
59. A sanção pecuniária compulsória.....	163
PARTE III	
CONCURSO DE RESPONSABILIDADES.....	167
60. Noções gerais sobre concurso de regras.....	167
61. Concurso da responsabilidade obrigacional com a responsabilidade delitual	169
62. Orientações doutrinárias	170
PARTE IV	
A TERCEIRA VIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	175
63. A expansão dos deveres acessórios.....	176
64. A natureza jurídica dos deveres acessórios externos. O regime aplicável	178
65. Direito delitual em ambiente negocial. Critério de distinção.....	182
66. As zonas evanescentes entre a ordem delitual e o sistema obrigacional	186
67. As concretizações institucionais da terceira via de responsabilidade.....	187
67.1. A responsabilidade pré-contratual	187
67.2. Contratos com eficácia de protecção de terceiros.....	189
67.3. A pós-eficácia das obrigações. Considerações introdutórias	194
67.3.1. Tipos de pós-eficácia.....	196
67.3.2. A concretização judiciária da pós-eficácia.....	198
68. Terceira via e concurso de responsabilidades. Distinção	201
69. A metodologia jurídica dos deveres acessórios. A uniformização dos regimes de responsabilidade.....	203
PARTE V	
A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR.....	207
70. Noções introdutórias.....	208
71. Conteúdo da obrigação de indemnizar.....	208
72. Formas de indemnização.....	210

ÍNDICES

73. A reconstituição natural. Variantes.....	212
74. A indemnização pecuniária	218
75. A teoria da diferença. Desvios.....	219
76. A indemnização sob a forma de renda.....	220
77. <i>Compensatio lucri cum damno</i> e cessão dos direitos do lesado	221
78. Culpa do lesado. Breve referência	222

PARTE VI

GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES.....	223
--------------------------------------	------------

Capítulo I — A garantia geral das obrigações.....	224
--	------------

79. Conteúdo da garantia geral. Limitação legal e convencional da garantia	224
--	-----

80. Meios de conservação da garantia geral	228
--	-----

80.1. A declaração de nulidade.....	228
-------------------------------------	-----

80.2. A acção sub-rogatória.....	229
----------------------------------	-----

80.2.1. Pressupostos do procedimento sub-rogatório	230
--	-----

80.2.2. Regime e efeitos da sub-rogação	230
---	-----

80.3. A impugnação pauliana.....	231
----------------------------------	-----

80.3.1. Pressupostos	231
----------------------------	-----

80.3.2. As transmissões posteriores.....	233
--	-----

80.3.3. Efeitos da impugnação pauliana.....	233
---	-----

80.3.4. Extinção do direito à impugnação pauliana.....	235
--	-----

81. O arresto.....	235
--------------------	-----

Capítulo II — As garantias especiais das obrigações	236
--	------------

82. Noções gerais	236
-------------------------	-----

83. A prestação de caução	238
---------------------------------	-----

84. As garantias pessoais.....	239
--------------------------------	-----

84.1. A fiança.....	240
---------------------	-----

84.1.1. A forma da fiança	241
---------------------------------	-----

84.1.2. As principais características da fiança.....	242
--	-----

84.1.3. Relações entre credor e fiador	243
--	-----

84.1.4. Relações entre o devedor e o fiador.....	246
--	-----

84.1.5. Pluralidade de fiadores.....	248
84.1.6. Extinção da fiança.....	249
84.1.7. A subfiança.....	249
84.1.8. A retrofiança.....	250
84.2. O mandato de crédito.....	251
84.3. A garantia autónoma. Generalidades.....	251
84.3.1. Forma.....	252
84.3.2. Regime.....	252
85. Garantias especiais atípicas.....	254
PARTE VII	
EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	257
Capítulo I — A impossibilidade superveniente da prestação e o problema do risco nos contratos obrigacionais e nos contratos reais.....	257
86. O regime da impossibilidade casual da prestação.....	258
87. Culpa e risco no Direito da impossibilidade.....	265
88. Regulação e distribuição convencional do risco contratual.....	274
89. Situações equiparáveis à impossibilidade da prestação: a frustração do fim da prestação e a realização do interesse do credor por outra via.....	277
90. A distribuição do risco nos contratos obrigacionais sinalagmáticos em caso de impossibilidade da prestação.....	279
91. O risco nos contratos reais de alienação.....	280
Capítulo II — Causas de extinção das obrigações além do cumprimento...	283
92. Considerações introdutórias.....	284
Secção I — Dação em cumprimento e dação em função do cumprimento...	285
93. Noções gerais. Pressupostos.....	285
94. Garantia contra vícios da coisa ou direito transmitido.....	289
95. Invalidez da dação em cumprimento.....	289
96. A dação <i>pro solvendo</i>	290
Secção II — A consignação em depósito.....	293
97. Generalidades.....	293
98. Pressupostos.....	294
99. O regime da consignação.....	295

ÍNDICES

Secção III — A compensação	297
100. Noções gerais. Vantagens.....	297
101. Pressupostos.....	298
101.1. Existência de créditos recíprocos	299
101.2. Fungibilidade das coisas objecto das prestações e identidade do seu género e qualidade.....	301
101.3. Existência, validade e exigibilidade dos créditos	301
102. Créditos não compensáveis.....	302
103. Regime da compensação.....	303
104. Invalidade da compensação	304
Secção IV — A novação.....	304
105. Noção e modalidades.....	304
106. Figuras próximas	306
107. Pressupostos da novação.....	307
107.1. Declaração expressa da intenção de constituir uma nova obrigação em substituição da antiga	308
107.2. Existência e validade da obrigação antiga	308
107.3. Constituição válida da nova obrigação.....	309
108. Regime da novação.....	309
Secção V — A remissão	310
109. Conceito. A contratualidade.....	310
110. Efeitos	313
Secção VI — A confusão.....	314
111. Conceito de confusão.....	314
112. Efeitos	315
113. Cessação da confusão	316
Secção VII — A cessão de bens aos credores.....	317
114. Noção e estrutura jurídica.....	317
115. A utilidade prática da cessão de bens.....	318
116. Forma e publicidade.....	319
117. Execução dos bens cedidos	320

ÍNDICE GERAL

•

118. Poderes dos cessionários e do devedor	321
119. Exoneração do devedor.....	322
120. Extinção da cessão de bens	323
121. A natureza jurídica da cessão de bens.....	324
Capítulo III — Causas de extinção dos negócios jurídicos	328
122. Generalidades.....	329
123. Resolução. A disciplina geral	330
124. Resolução (ou modificação) do negócio por alteração de circunstâncias	332
124.1. Pressupostos e regime da alteração de circunstâncias	336
124.2. A modificação do negócio por alteração de circunstâncias	340
125. Revogação.....	341
126. O direito de livre desvinculação do consumidor.....	343
127. Denúncia	347
128. A oposição à renovação.....	348
129. Caducidade	348
PARTE VIII	
A NATUREZA JURÍDICA DA OBRIGAÇÃO	351
130. Considerações introdutórias	351
131. As correntes personalistas.....	352
131.1. O crédito como um poder do credor sobre a pessoa do devedor	352
131.2. O crédito como um direito à prestação	354
132. As concepções patrimoniais	354
133. As teorias mistas.....	356
134. Orientação adoptada	359
BIBLIOGRAFIA.....	365
ÍNDICES	375
Índice de jurisprudência	377
Índice geral.....	381

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt